

APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÃO - 20 - TERRAS, NEGÓCIOS,
MERCADOS E MUNDOS DO TRABALHO EM MUDANÇA (CLAUDIA CHAVES
- UFOP)

ROTHSCHILD & ALVES: FIRMA IMAGINADA (1890-1906)

Thiago Vinícius Mantuano Da Fonseca (thiago_mantuano@id.uff.br)

Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919) foi quase tudo daquilo que um dirigente das classes dominantes poderia ser entre o ocaso do Império e boa parte do primeiro período republicano brasileiro. Tendo raízes nas lavouras de café de Guaratinguetá, tornou-se agente de relevo na construção do principal partido republicano, o paulista, e figura pública de primeiro relevo no recorte cronológico que elegemos. Uma leitura mais precipitada faria uma automática ligação entre um fato e outro, concluindo que seu protagonismo político estava estribado na economia agrário-exportadora, bem como depreenderia que o deputado, senador, ministro, presidente de Estado e presidente da República atendia à cafeicultura, pelo menos em derradeira e última instância. Boa parte da historiografia, de fato, encarou assim a figura histórica de Rodrigues Alves, procuro demonstrar que isto é um engano.

Em minha pesquisa de doutorado, me deparei com uma pergunta recorrente e insatisfatoriamente respondida: por que Rodrigues Alves foi contra o esquema valorizador do café brasileiro? E mais atinente ao meu objeto: por que, assim que o crédito brasileiro se reestabeleceu no exterior, no governo deste presidente paulista o país tomou um grande empréstimo externo para construir o porto do Rio de Janeiro e reformar parte da capital? Também em seu governo, por que tomou um segundo e menor empréstimo para equipar o Lloyd

Brasileiro? Exatamente no momento que seus correligionários bradavam por financiamento para “salvar a lavoura”.

Uma resposta fácil e obtida recorrentemente em biografias laudatórias é que Rodrigues Alves, assim como outros homens de Estado da época, estavam convencidos da ortodoxia econômica como caminho a ser seguido para o progresso. Por tanto, a promoção de “créditos produtivos” e o veto a intervenção sistemática do Estado no mercado do café seriam coerentes com este pensamento. Esta explicação me pareceu absolutamente insuficiente e descolada da estrutura da economia brasileira, descartando as determinações que esta impunha à condução política do país.

Com o advento da República, a dependência brasileira acentuou-se. Durante os seus primeiros anos do novo regime, o fluxo de capitais e investimentos em atividades urbanas – de serviços e industriais -, o ascenso dos agentes e instituições financeiras estrangeiras no país, bem como o desenvolvimento nas forças produtivas que levou a melhores condições de comunicação e transporte entre as cidades, portos e as plantações de café – principal, mas não único, produto primário do país – elevou a penetração de intermediários individuais ou empresariais estrangeiros no financiamento, comercialização e transporte do café a prevalência destes interesses forâneos sobre os plantadores nacionais. E mais: a própria necessidade de rolar a dívida pública num momento de disputa sobre seus destinos e (re)montagem do seu aparelho fez com que os laços de endividamento do Estado apertassem a dependência nacional ao mercado mundial – tanto para a efetivação do café, quanto para captação de recursos financeiros com diversas finalidades.

A crise da dívida, inflacionária e cambial, causada na contradição entre a estrutura agrário-exportadora legada pelo Império, dependente de bons canais para exportação do seu produto básico, e a tentativa de canalizar recursos para a expansão de outros setores econômicos sem a modificação da base tributária e fiscal do governo federal, pressionou os dirigentes da nova República a agir. O novo caminho foi ditado pelos agentes financeiros internacionais que enredavam, há muito, o Brasil numa posição subordinada na Divisão Internacional do Trabalho.

O comando civil da República encontrou nos banqueiros de sempre - N. M. Rothschild & Sons – a saída mais óbvia para manutenção do status quo. A questão é que esses republicanos civis e, assim chamados coevamente, “históricos” eram também cafeicultores ou representantes dos interesses da

cafeicultura. E, como se sabe, a cartilha da ortodoxia econômica baseada em austeridade fiscal, restrição do papel-moeda através do padrão-ouro, apreciação cambial, acréscimo das exportações e mais vantajosa abertura aos capitais estrangeiros no país resolvia os déficits da balança de pagamentos brasileira, renovando a solvência do Estado, mas traria toda sorte de repercussões depressivas sobre a economia interna e criaria aquilo que ficou conhecido como a “crise da cafeicultura”. Mesmo assim, reforçados político-institucionalmente, os três primeiros presidentes da República paulistas insistiram nesta solução que era contraditória aos interesses que habitavam o lócus de emanção do seu próprio poder. No entanto, garantia a estabilidade financeira para uma estadia alargada no governo federal.

Ao contrário do que se pensa, não foram Joaquim Murinho, Campos Sales, Bernardino de Campos ou qualquer outro o pioneiro a defender este conjunto de medidas como uma linha de ação para a República, mas o primeiro elaborador e principal executor da ortodoxia econômica no país foi, de fato, Rodrigues Alves. Sempre membro das comissões de finanças no parlamento – chegando a presidir a do Senado –, duas vezes ministro da Fazenda e agente fundamental para reestruturação da dívida externa brasileira através do primeiro Funding Loan, em 1898, Rodrigues Alves estreitou sua relação com os financistas estrangeiros no Brasil.

Os questionamentos que me inquietavam quando do projeto de minha tese de doutorado podem ser entendidos através das evidências que - mais de uma década antes da contratação do empréstimo que financiou as obras do porto - aquele paulista cativara laços de interesses mútuos com os banqueiros do Brasil na City de Londres. Foi deputado, senador e presidente de Estado sendo sempre atendido por agentes financeiros estrangeiros no Brasil; em contrapartida, defendia e reelaborava, de acordo com a realidade nacional, as propostas que emanavam dos centros financeiros europeus.

Podemos imaginar a firma Rothschild & Alves. Ela nunca existiu de fato, não foi registrada, mas a atuação conjunta entre banqueiros e políticos explica o porquê estava inscrito no programa de governo de Rodrigues Alves a construção do porto e o saneamento da capital, não a valorização do café. O governo do terceiro “venerando paulista” contratou £ 8.500.000 em créditos externos para revolucionar o Rio de Janeiro e seu porto, dando de ombros a iniciativa dos estados produtores para reposicionar os cafeicultores em seu monopólio sobre o mercado internacional de café – negou-lhes a fiança aos créditos necessários e, mais ainda, qualquer alteração na política monetária.

Foi coerente com a ortodoxia econômica, não por apego as ideias, mas em respeito aos seus “sócios”.

Os resultados partilhados dessa parceria estão ostensivamente demonstrados no governo de Rodrigues Alves, quando se inicia um ascenso diferenciado do capital estrangeiro no país, diversificado em suas áreas de exploração e empreendendo para além da agroexportação - ao menos em sentido estrito. É claro, isto também redundou em novas características, ainda mais intrincadas e reforçadas, da dependência brasileira.